

a
ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

PANORAMA

DA PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA NO BRASIL 2023

REVISTA DA

AN
PE
GEE

ISSN 1679-768X



VOLUME

19

N. 39 (2023)

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº . 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

A TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

*The trajectory of the Postgraduate
Program in Geography at the
Federal University of Uberlândia*

*La trayectoria del Programa
de Posgrado en Geografía de la
Universidad Federal de Uberlândia*



GELZE SERRAT DE SOUZA C RODRIGUES

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

KELMA PATRÍCIA DE SOUZA

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Resumo: A institucionalização da pós-graduação se deu em 1951. O primeiro programa em pós-graduação em Geografia no Estado de Minas Gerais foi criado em 1988, na UFMG, e o segundo, em 1997, na Universidade Federal de Uberlândia – o PPGeo/UFU. Nesse artigo são apresentadas as transformações ocorridas durante os 36 anos de sua existência, as abordagens temáticas desenvolvidas nas dissertações e teses e a inserção no trabalho dos egressos. Ao final, são discutidas as tendências e desafios ao Programa, considerando o contexto atual, pós-pandemia e governo Bolsonaro. As fontes de pesquisa foram os documentos e registros existentes na plataforma Sucupira, Secretaria do PPGeo/UFU e trabalhos de conclusão defendidos no Programa.

Palavras-chave: Pós-Graduação em Geografia – História. Mestrado em Geografia. Doutorado em Geografia. Egressos. Teses e Dissertações.

Abstract: The institutionalization of post-graduation took place in 1951. The first post-graduate program in geography in the state of Minas Gerais was created in 1988, at Federal University of Minas Gerais, and the second, in 1997, at the Federal University of Uberlândia – the PPGeo/UFU. This article aims to present the transformations that took place during the thirty-six years of its existence, the thematic approaches developed in the dissertations and theses and the insertion in the work of the post-graduates. In the end, trends and challenges to the Program are discussed, considering the current context, post-pandemic, and post-Bolsonaro government. Various documents and records of Sucupira platform, of PPGeo/UFU Secretary and of dissertations and theses are examined.

Keywords: Graduate in Geography – History. Master in Geography. PhD in Geography. Graduates. Theses e dissertations.

Resumen: La institucionalización del posgrado en 1951. El primer posgrado en geografía en el estado de Minas Gerais fue creado en 1988, en la UFMG, y el segundo, en 1997, en la Universidad Federal de Uberlândia – el PPGeo/UFU. Este artículo presenta las transformaciones ocurridas durante los treinta y seis años de su existencia, los abordajes temáticos desarrollados en las disertaciones y tesis y la inserción en el quehacer de los egresados. Al final, se discuten las tendencias y los desafíos del Programa, considerando el contexto actual, la pospandemia y el gobierno de Bolsonaro. Las fuentes de investigación fueron los documentos y registros existentes en la plataforma Sucupira, la Secretaría del PPGeo/UFU y los trabajos de conclusión defendidos en el Programa.

Palabres clave: Licenciado en Geografía – Historia. Máster en Geografía. Doctorado en Geografía. Graduados. Tesis y disertaciones.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da pós-graduação no Brasil iniciou-se em 1951, no governo de Getúlio Vargas, com a constituição de uma Comissão sob a presidência do então ministro de educação e saúde. O objetivo era promover o aperfeiçoamento e a especialização dos profissionais de nível superior para atender às necessidades dos setores público e privado. Faziam parte da Comissão: representantes do Ministério da Educação e Saúde, Departamento Administrativo do Serviço Público, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Brasil, Comissão Nacional de Assistência Técnica, Comissão Mista Brasil – Estados Unidos, Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

Confederação Nacional da Indústria, Confederação Nacional do Comércio (Brasil, 1951). Assim, nascia a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Deve-se ressaltar, no entanto, que outras iniciativas no âmbito de processos após a graduação ocorriam, desde o século XIX, nas denominadas escolas profissionais, onde o título de doutor estava associado à redação de uma tese, findado o curso de formação, como foi o caso das faculdades de medicina, de direito do Largo de São Francisco e da Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, bem como dos candidatos à docência nas faculdades. O doutoramento foi adquirir novas características na reforma Francisco Campos (Decreto Federal 19.851, de 11/4/1931), no primeiro governo de Getúlio Vargas, que definiu as regras a serem adotadas pelas instituições universitárias brasileiras (Dantes, 2023).

Seguindo as normas federais, em 1934 o governo estadual criava a Universidade de São Paulo, integrando as antigas escolas profissionais – de medicina, engenharia, odontologia, farmácia e agronomia e era instituída a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Os primeiros doutoramentos da USP foram defendidos nesse contexto, na FFCL e, até 1949, 66 doutores haviam sido titulados nessa Faculdade, ocorrendo em 1946 a primeira defesa de tese em geografia (Dantes, 2023; Lencioni, 2013).

Em 1965, um parecer do Conselho Federal de Educação estruturou o sistema brasileiro de pós-graduação nas duas modalidades atuais – *strictu sensu* e *lato sensu* – e, nas duas categorias – mestrado e doutorado (Marques, 2020), e, em 1971, o primeiro programa de Pós-Graduação em Geografia foi criado nessa mesma universidade (Dantes, 2023; Lencioni, 2013; Silva; Oliveira, 2009).

No Estado de Minas Gerais, o primeiro Programa de Pós-Graduação em Geografia foi instituído em 1988, com o curso de mestrado, na Universidade Federal de Minas Gerais, e o segundo, nove anos depois, quando o Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Resolução 02/97, aprova o curso de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

É a partir desse iniciar do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFU (PPGEO/UFU) que as ponderações a seguir se inserem. Primeiro, apresentando a trajetória do Programa, destacando os seus principais traços. Em um segundo momento, discutindo sobre as mudanças nas abordagens temáticas abrangidas nas dissertações e teses defendidas. Ao final, procura-se apresentar a abrangência e o legado do Programa e apontar os reflexos da pandemia e do governo de Jair Bolsonaro sobre o Programa.

A análise contempla o recorte temporal de 1997 a 2022, iniciando-se no ano de aprovação do curso de mestrado e findando no último ano completo em que se tem os dados do Programa. Para tanto, utilizou-se da metodologia da pesquisa exploratória documental, efetuada em documentos e atas de defesas arquivadas na secretaria do Programa, em sua página eletrônica, nas dissertações e teses defendidas entre 1999 e 2022 e nos dados do Programa na Plataforma Sucupira. Sublinhamos que parcialmente os dados e informações utilizadas são da tese de doutorado desenvolvida por uma das autoras e recentemente defendida no PPGEO/UFU.

A criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU

A história do PPGeo/UFU perpassa a sua estrutura acadêmica, a composição de seu corpo docente, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e a diplomação de mestres e doutores, responsáveis pelo desenvolvimento de dissertações e teses. Podemos indicar três fases nesse percurso: a inicial, com a instituição do mestrado; a intermediária, com a implantação do doutorado; e a atual, quando o Programa se consolida e os docentes passam a refletir de modo mais acentuado sobre quais caminhos tomar no futuro próximo.

O início da pós-graduação na UFU se deu em 1985, a partir da criação dos cursos de mestrado em Engenharia Elétrica e em Engenharia Mecânica. Onze anos depois, em 1996, docentes vinculados ao Instituto de Geografia da Universidade de Uberlândia lideraram a construção do projeto para implantação do mestrado na área. A comissão contava com Claudete Aparecida Dallevedove Baccaro (presidente), Antônio Giacomini Ribeiro, Beatriz Ribeiro Soares, Suely Regina Del Grossi e Vera Lúcia Salazar Pessoa. Esta iniciativa fundamentou-se

pela demanda de profissionais geógrafos, tanto de ex-alunos dos cursos de Geografia da UFU como também de outros cursos da região e de áreas afins, interessados na permanente capacitação exigida pela sociedade atual; bem como pela necessidade que a região e o País apresentam de profissionais mais especializados e capacitados, numa área de fundamental importância que é a Geografia, uma vez que a mesma analisa e interpreta as conturbadas relações sócio/espaciais presentes neste final de século (Universidade Federal de Uberlândia, 1996, p. 9).

No ano seguinte, em 1997, o Conselho Universitário da UFU, por meio da Resolução 02/97, aprova o curso de mestrado em Geografia, com a área de concentração “Análise e planejamento sócio/ambiental [sic]”. Desta forma, o PPGeo/UFU passava a ser o oitavo programa criado na instituição. Anteriormente haviam sido estabelecidos os programas de Engenharia Elétrica (1985); Engenharia Mecânica (1985); Educação Brasileira (1989); Imunologia e Parasitologia Aplicada (1992); Ciências da Saúde (1996); Economia (1996); e Química (1998). Tal fato ressalta o seu pioneirismo na oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na instituição, bem como sua relevância para o desenvolvimento da ciência geográfica no Estado de Minas Gerais, tendo em vista ser o segundo programa a ser constituído. O primeiro havia sido o da Universidade Federal de Minas Gerais, com o curso de mestrado, em 1988 (Silva; Oliveira, 2009).

Sob a coordenação da professora Marlene Teresinha de Muno Colesanti, em 1998 o Programa abre sua primeira turma de mestrado, com 12 alunos, tendo como docentes, além da própria coordenadora, os professores Antônio Giacomini Ribeiro, Beatriz Ribeiro Soares, Claudete Aparecida Dallevedove Baccaro, Marilena de Oliveira Schneider, Samuel do Carmo Lima e Vânia Rubia Farias Vlach.

Nesse início, a Capes atribui a nota 4 ao Programa, mas no encerramento do triênio 1998-2000, o PPGeo já alcançava a nota 5. Em 14 de abril de 2000, o primeiro mestre, Mauro das Graças Mendonça, foi diplomado em Geografia pela UFU, com a pesquisa “Políticas e condições ambientais de Uberlândia/MG no contexto estadual e federal”.

Nessa época, o principal desafio do PPGEO/UFU foi a expansão do número de vagas, no sentido de ampliar o alcance de desenvolvimento de suas pesquisas e da qualificação que poderia ser oferecida aos graduados em geografia e outras áreas correlatas.

O mestrado mostrou-se uma iniciativa acertada, tendo em vista a alta demanda de inscrições e participantes em âmbito nacional. Sob esse panorama, em 2002, uma nova comissão, composta pelos professores Beatriz Ribeiro Soares (presidente), Antônio Giacomini Ribeiro, Marlene Teresinha de Muno Colesanti, Samuel do Carmo Lima e Washington Luiz Assunção aspira à criação do curso de doutorado em Geografia, cuja finalidade era “[...] a formação de docentes, pesquisadores e recursos humanos de alto nível na área de abrangência da Geografia” (Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 8).

A aprovação do curso de doutorado ocorre nesse mesmo ano de 2002, com nota 4 pela Capes e, em agosto de 2003, a primeira turma, composta por 14 alunos, inicia seus estudos, conduzidos pelos docentes: Antônio Giacomini Ribeiro; Beatriz Ribeiro Soares; Denise Labrea Ferreira; João Cleps Junior; Jorge Luis Silva Brito; Júlio Cesar de Lima Ramires; Luiz Nishiyama; Manfred Fehr; Marlene Teresinha de Muno Colesanti; Roberto Rosa; Rosselvelt José Santos; Samuel do Carmo Lima; Silvio Carlos Rodrigues; Vânia Rubia Farias Vlach; Vera Lúcia Salazar Pessôa; Washington Luiz Assunção; William Rodrigues Ferreira. Em 11 de dezembro de 2006, Aguinaldo Alemar foi titulado o primeiro doutor pelo PPGEO, após defesa da tese *Geopolítica das águas: o Brasil e o direito internacional fluvial*.

Dentro do recorte pesquisado, o PPGEO/UFU passou por alterações na estrutura de sua área de concentração e linhas de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Áreas de concentração e linhas de pesquisa do PPGEO/UFU (1997-2022)

Período	Área de concentração	Linhas de pesquisa
1997–2002	Planejamento Socioambiental	Análise, planejamento e gestão socioambiental
		Cidade e campo: relações políticas e socioespaciais
		Geoprocessamento e sensoriamento remoto
2003-2017	Geografia e Gestão do território	Análise, planejamento e gestão ambiental
		Análise, planejamento e gestão dos espaços urbano e rural
		Ensino, métodos e técnicas em Geografia
2018-2022	Dinâmicas territoriais e estudos ambientais	Dinâmicas territoriais
		Estudos ambientais e geotecnologias
		Educação geográfica e representações sociais

Fonte: Universidade Federal de Uberlândia, 2003, 2018; Universidade Federal de Uberlândia, 2021a

Nesse período, portanto, houve a implantação de três regulamentos, instrumentos que normatizam o funcionamento do Programa, com alterações da nomenclatura das áreas e das linhas. Sobre esse aspecto o artigo de Lencioni (2013) traz luz a algumas questões que podem ser refletidas de um modo geral sobre os diferentes programas de pós-graduação em Geografia, além daquelas específicas ao PPGeo/UFU, e que pasaremos a discutir nos próximos parágrafos.

Primeiramente, ao ser criado em 1997, o nome da área do Programa foi fortemente influenciado pelas discussões que emergiram no tocante ao termo *socioambiental*, decorrente dos debates ocorridos na ECO-92. Tal expressão evocava a busca pelo conhecimento integrado, e de certa forma procurava fazer frente à dicotomia entre geografia física e geografia humana. O termo *planejamento* mantinha uma posição importante, chamando atenção à proposta de desenvolvimento de pesquisas dentro do Programa consoantes ao planejamento, considerando-se que o Estado ainda mantinha o seu papel de planejador de políticas manifestas no território.

No segundo regulamento, verifica-se que o termo *planejamento* dá lugar à gestão do território na denominação da área de concentração, embora permaneça na denominação de duas linhas de pesquisa (Quadro 1).

Essa mudança se relaciona às novas condições históricas, nas quais o Estado nem é mais o grande planejador e nem é mais o grande empreendedor, como o foi no passado, quando ele era o senhor na ação pública. Hoje em dia, os planos são adjetivados de estratégicos e têm a característica de articular a ação pública com a privada.

[...]

Assim, em vez de planejamento, da discussão sobre planejamento, temos a predominância da palavra *gestão* nas linhas de pesquisa (Lencioni, 2013, p. 16).

A categoria território ganha relevância e o foco das linhas de pesquisa do Programa será a compreensão das estratégias e das ações públicas e privadas sobre o território, além de pesquisas mais verticalizadas no âmbito da Geografia Física e do ensino, que passa a figurar em uma das linhas do Programa.

Desde 2018, no atual regulamento, o termo *territorial* se manteve como denominação de área de concentração, mas planejamento e gestão deram lugar a estudos ambientais, considerando as diferentes temáticas desenvolvidas pelos docentes/pesquisadores. Do mesmo modo, o termo “ensino geográfico” foi substituído por “educação geográfica”, mais adequado à compreensão epistemológica atual sobre o que se entende por educação e ensino. A geotecnologia que sempre teve um papel importante nas pesquisas desenvolvidas no Programa, primeiramente mais relacionada aos aspectos de sensoriamento remoto e ao Sistema de Informação Geográfica, incorpora pesquisas referentes às diferentes linguagens em cartografia digital, geodésia e sistemas de posicionamento global.

As alterações foram planejadas e ocorreram no sentido de atender tendências e mudanças na área de conhecimento devido a novos conceitos e referenciais teóricos que foram se desenvolvendo, bem como devido ao aporte dos sistemas informacionais

e geotecnológicos. As linhas atuais ilustram o viés dessas mudanças em atenção às demandas atuais abarcadas na área. Na sequência, apresentam-se os eixos pertinentes às linhas de pesquisa em vigor:

- **Dinâmicas territoriais:** políticas públicas e gestão do território; planejamento urbano e regional; cidade e urbano: relações socioespaciais; Geografia Cultural e turismo; geopolítica e Geografia Política; planejamento de trânsito e transporte; Geografia dos Transportes; relações campo-cidade; agricultura e políticas públicas; desenvolvimento, modernidade e contradições no campo; agroindústria; movimentos sociais rurais; questão agrária; reforma agrária; assentamentos rurais; desenvolvimento rural; desenvolvimento sustentável; extensão rural; Geografia da Saúde; Antropologia Rural; vigilância ambiental em saúde; Geografia Médica (Universidade Federal de Uberlândia, 2021b).
- **Estudos ambientais e geotecnologias:** Geomorfologia; planejamento territorial ambiental; erosão dos solos; recursos hídricos; pedogênese em regiões tropicais; pedologia; sustentabilidade dos recursos naturais; climatologia regional; mudanças climáticas globais; cartografia geotécnica; planejamento ambiental; gestão de recursos hídricos; Geologia ambiental; Geologia de engenharia; Ecologia humana; desenvolvimento sustentável; gestão ambiental urbana; processamento diferenciado de resíduos sólidos (Universidade Federal de Uberlândia, 2021b).
- **Educação geográfica e representações sociais:** ensino de Geografia; teoria e método em Geografia; história do pensamento geográfico; epistemologia em Geografia; educação ambiental; geoprocessamento; cartografia; resiliências; vínculos territoriais; populações tradicionais; cultura camponesa; autenticidade dos lugares (Universidade Federal de Uberlândia, 2021b).

Dessa forma, conforme apontado por Lencioni (2013), ao longo do desenvolvimento e da mudança da nomenclatura da área de concentração, das linhas e temáticas de pesquisa do Programa, termos como “natureza”, “cartografia”, “recursos naturais” e “planejamento” se voltaram com grande ênfase a enfoques relacionados a ambiente, análise ambiental, sustentabilidade, sistemas de informação geográfica, modelos de análise espacial, gestão, ordenamento territorial e cultura.

É também neste último período que a UFU regulamenta a política de ações afirmativas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Uberlândia (Universidade Federal de Uberlândia, 2017), amparada totalmente pelo PPGEU no mesmo ano, em seu processo seletivo.

Um fato a ser destacado é que no decorrer dos 26 anos de sua história, quatro pesquisas desenvolvidas no PPGEU/UFU foram premiadas pela Associação Nacional de Pesquisa em Geografia – Anpege (Quadro 2).

Quadro 2 – Tese e dissertações desenvolvidas no PP GEO/UFU premiadas pela Anpege

Prêmio	Ano	Título	Autor	Orientador(a)
Melhor dissertação	2003	Oeste de Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista: 1750-1851	Luis Augusto Bustamante Lourenço	Beatriz Ribeiro Soares
Melhor dissertação	2005	Organização política e segurança alimentar na sociedade Krahö	Emerson Ferreira Guerra	Vânia R. Farias Vlach
Melhor dissertação em geografia humana	2015	Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG	Natália Lorena Campos	João Cleps Júnior
Melhor Tese em Geografia Física	2019	Chapadão do Diamante na Serra da Canastra/ MG, Brasil: caracterização geomorfológica e análise integrada do meio físico a partir de dados multifontes	Thallita Isabela Silva Martins Nazar	Sílvio Carlos Rodrigues

Fonte: dados de pesquisa elaborados pelas autoras.

Para se consumir a aplicação do conhecimento na área, o corpo docente se distribui pelas linhas conforme a sua área de atuação e *expertise*. Ao final do ano de 2022, 31 docentes encontravam-se vinculados ao PP GEO/UFU: Adriany de Ávila Melo Sampaio; Alan Silveira; Antônio Carlos Freire Sampaio; Beatriz Ribeiro Soares; Claudionor Ribeiro da Silva; Elivelton da Silva Fonseca; Gabriel do Nascimento Guimarães; Geisa Daise Gumiero Cleps; Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues; Guilherme Resende Corrêa; João Cleps Junior; João Vitor Meza Bravo; Jorge Luís Silva Brito; Julio Cesar de Lima Ramires; Luiz Antônio de Oliveira; Marcelo Cervo Chelotti; Marcelo Tomio Matsuoka; Maria Beatriz Junqueira Bernardes; Marlene Teresinha de Munro Colesanti; Mirlei Fachini Vicente Pereira; Paulo Cezar Mendes; Rita de Cássia Martins de Souza; Rosselvelt José Santos; Samuel do Carmo Lima; Sílvio Carlos Rodrigues; Túlio Barbosa; Vanderlei de Oliveira Ferreira; Vicente de Paulo da Silva; Vinícius de Lima Dantas; Vitor Ribeiro Filho; e William Rodrigues Ferreira.

Em relação à formação dos docentes, podemos dividi-los em três grupos. O primeiro, em número mais significativo, docentes que fizeram o doutorado na Unesp (9) e na USP (8), mantendo-se o perfil inicial do programa, com a maioria dos docentes provenientes de dois dos programas consolidados há mais tempo – USP e Unesp. O segundo grupo, os que fizeram o doutorado na UFU (4) e na UFRJ (4). E o terceiro, proveniente de outras instituições, como UFPR (2), UnB (2), Universidade Federal de Viçosa (1) e UFScar (1). Essa genealogia se reflete na composição das bancas de doutorado e mestrado, bem como na formação das redes e grupos de pesquisa, onde é frequente

a participação de docentes dessas universidades originárias, indicando as conexões na rede científica do programa.

Abordagens temáticas das dissertações e teses do PPGEU

Para fazer o levantamento e a análise dos temas mais recorrentes nos 755 trabalhos produzidos entre 1997 e 2022, avaliaram-se as palavras-chave informadas junto ao resumo das 525 dissertações e 230 teses. Foi detectado o total de 1.826 palavras-chave, sendo que em 21 trabalhos desenvolvidos no início do Programa não foram encontradas. Do total, 1.432 (78,4%) descritores foram informados apenas uma vez e 394 (21,6%) foram citados duas ou mais vezes.

Dentre os termos mais mencionados, destacam-se três, informados mais de 30 vezes: “Território” (41), “Geografia” (36) e “Uberlândia (MG)” (33); 5 apareceram em 20 ou mais oportunidades: “Ensino de Geografia” (25); “Lugar” (23); “Geoprocessamento” (22); “Bacia hidrográfica” (20); “Educação ambiental” (20). Na sequência, 19 termos foram informados mais de 10 vezes: “Políticas públicas” (19); “Cerrado” (16); “Cidades médias” (16); “Meio ambiente” (16); “Sensoriamento remoto” (16); “Agricultura familiar” (14); “Gestão ambiental” (14); “Paisagem” (13); “Turismo” (13); “Planejamento urbano” (12); “Sustentabilidade” (12); “Triângulo Mineiro” e “Alto Paranaíba” (12); “Cidade” (11); “Desenvolvimento sustentável” (11); “Modo de vida” (11); “Percepção ambiental” (11); “Reforma agrária” (11); “Sistema de Informação Geográfica” (SIG) (11); “Urbanização” (11).

Observando-se o conjunto de termos na nuvem das palavras-chave contidas nas teses e dissertações elaboradas no PPGEU/UFU (Figura 1), é possível verificar a centralidade das categorias lugar e território. Por meio dos resumos, percebe-se a adoção das escalas local e regional de pesquisa, fato já indicado por Suertegaray, em 2007, em artigo onde, ao analisar a pesquisa geográfica nos programas de pós-graduação brasileiros, afirma que “A análise local constitui uma tendência na geografia atual” (Suertegaray, 2017, p. 17).

Em relação às temáticas, os dados referentes às linhas de pesquisa apresentadas em atas de defesa, embora em aproximadamente um quarto não tenham sido mencionadas, apontam para maior produção de pesquisas vinculadas a temas caros à Geografia Humana (37% das teses e dissertações), vindo em segundo lugar temáticas da Geografia Física (26%) e depois ao Ensino (11%). Os descritores e resumos da produção vinculada à Geografia Humana têm o foco no espaço urbano, sobretudo de cidades médias, e quando tratam do espaço agrário concentram-se em grande parte na análise da expansão do agronegócio no Cerrado e na produção agrícola familiar e dos sem-terra. Outro filão de pesquisa bastante impulsionado é o voltado à Geografia do Turismo e à Geografia Cultural.

Na Geografia Física, estudos de Geomorfologia, Pedologia e Climatologia são privilegiados, em grande parte adotando-se como escala de estudo a bacia hidrográfica e a cidade de Uberlândia. As geotecnologias têm sido presentes nas metodologias utilizadas nessa linha, havendo uma forte tendência à sua aplicação em análises ambientais.

Desta forma, 430 estudantes (57%) são oriundos de outros cursos e/ou de outras universidades. As dissertações e teses são disponibilizadas no Repositório Institucional da UFU (RI/UFU), o que proporciona consulta na íntegra e gratuita, promovendo a democratização do acesso à informação, bem como a possibilidade de divulgação dos resultados das pesquisas à comunidade interna e externa da universidade.

Outro dado que indica a influência do Programa é a localização profissional dos seus egressos e sua área de atuação. A pertinência da análise desse dado é destacada por Lima e Andriola (2018) ao enfatizarem que um sistema de acompanhamento dos egressos é um rico instrumento para aprimoramento das Instituições de Ensino Superior, haja vista que essas informações auxiliam na reorganização das ações de infraestrutura acadêmica e formação.

Nesta perspectiva, buscou-se, nos currículos cadastrados na Plataforma Lattes, os campos do Endereço Profissional, Resumo, Formação Acadêmica/Titulação e Atuação Profissional dos egressos do Programa até o ano de 2022.

Analisou-se a situação de 637 ex-alunos, dos quais 28 não possuem currículo e 36 não informaram o vínculo profissional e área de atuação. Foram identificadas 504 ocorrências de cidades nacionais e quatro países estrangeiros (Venezuela, Moçambique, Colômbia e Costa Rica), representando 112 cidades de 20 Estados e o Distrito Federal:

- Alagoas: Delmiro Gouveia e Penedo;
- Amapá: Laranjal do Jari e Porto Grande;
- Amazonas: Parintins;
- Bahia: Barreiras e Porto Seguro;
- Ceará: Fortaleza, Sobral e Tauá;
- Distrito Federal: Brasília;
- Espírito Santo: Piúma e Vitória;
- Goiás: Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Caçu, Caiapônia, Caldas Novas, Catalão, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiatuba, Ipameri, Iporá, Itumbiara, Jataí, Morrinhos, Pires do Rio, Quirinópolis, Rio Verde, Senador Canedo, Uruaçu e Urutaí;
- Maranhão: Porto Franco e São Luís;
- Mato Grosso: Barra do Bugre, Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Juína, Primavera do Leste, Rondonópolis e Sinop;
- Mato Grosso do Sul: Aquidauana, Cassilândia e Dourados;
- Minas Gerais: Araguari, Araxá, Bambuí, Belo Horizonte, Carmo do Paranaíba, Diamantina, Divinópolis, Frutal, Governador Valadares, Indianópolis, Ituiutaba, Januária, Juiz de Fora, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Montes Claros,

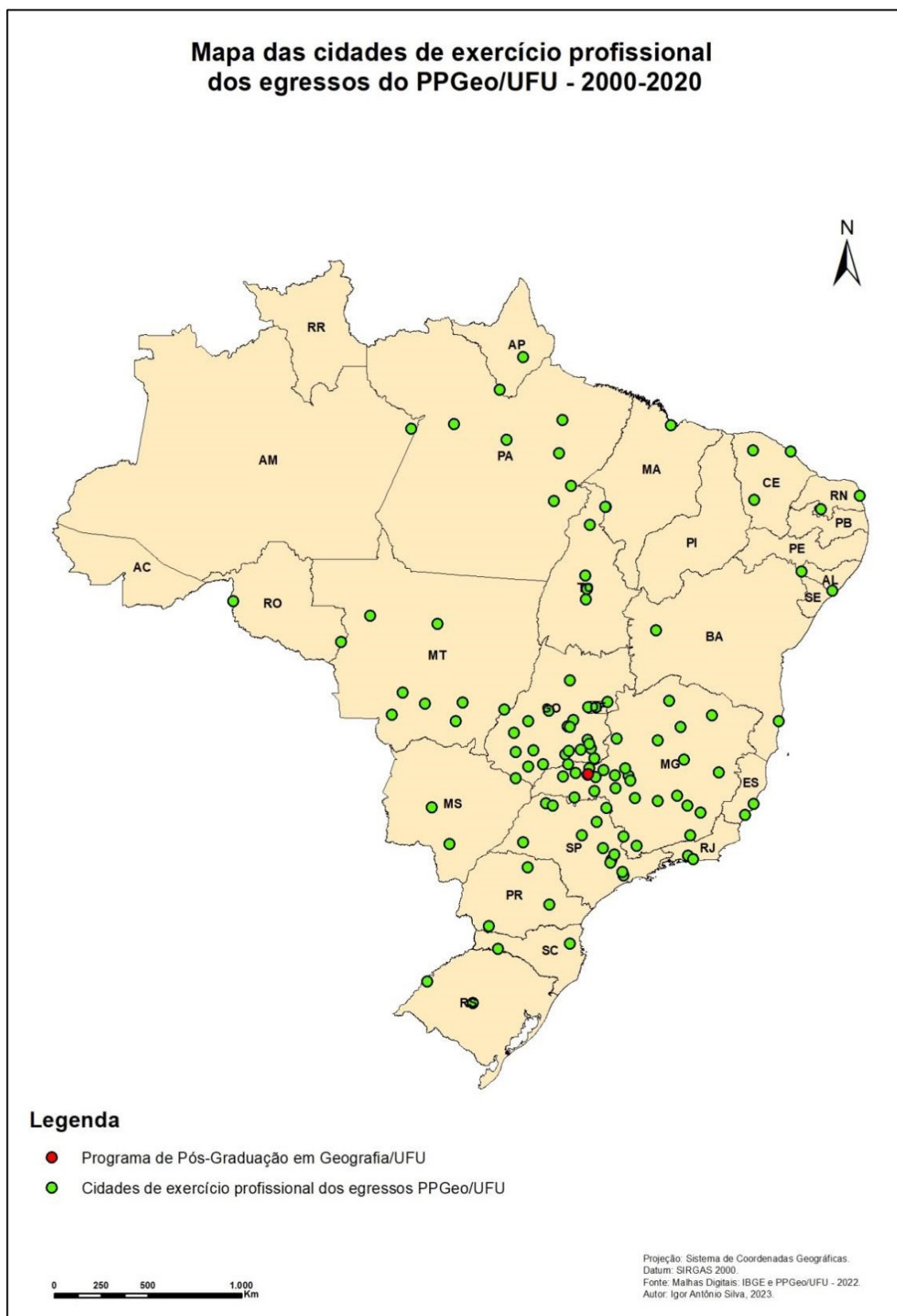
Ouro Preto, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Pirapora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Rio Paranaíba, Salinas, Uberaba, Uberlândia e Viçosa;

- Pará: Altamira, Cametá, Marabá, Parauapebas, Santarém e Tucuruí;
- Paraná: Francisco Beltrão, Londrina e Ponta Grossa;
- Rio de Janeiro: Nova Iguaçu e Rio de Janeiro;
- Rio Grande do Norte: Caicó e Natal;
- Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Santa Maria e São Borja;
- Rondônia: Guajará-Mirim e Vilhena;
- Santa Catarina: Blumenau e Chapecó;
- São Paulo: Campinas, Fernandópolis, Franca, Indaiatuba, Jaguariúna, Nova Europa, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São Paulo e Votuporanga;
- Tocantins: Araguaína, Miracema do Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

A localização dos egressos não ocorre somente em sete Estados brasileiros (Mapa 1), o que demonstra a importância do Programa no cenário nacional no tocante à produção e disseminação do conhecimento na área. Uberlândia (230) é a cidade com mais vínculos profissionais, seguida por Uberaba (26) e Montes Claros (25), ambas mineiras, demonstrando a influência regional do Programa. A incidência de conexões com Montes Claros é justificada pelas parcerias com instituições lá sediadas por meio dos programas Minter e Dinter, já mencionados. Outros Estados que se destacam são Goiás, 21 cidades, e 63 ocorrências de vínculos, e São Paulo, 12 cidades e 17 conexões, o que é justificado pela proximidade geográfica.

Os dados das consultas ao repositório demonstram a relevância da produção do PPGeo para a comunidade científica. No total, até 2022 houve 1.020.216 *downloads*, 577.529 de dissertações e 442.687 de teses. Os acessos são provenientes de 181 países, sendo os 10 que mais acessaram: Brasil, 825.456 (81%); Estados Unidos, 67.828 (7%); Moçambique, 27.712 (3%); Alemanha, 12.771 (1%); Finlândia, 8.568 (0,8%); Portugal, 6.234 (0,6%); China, 5.987 (0,6%); Rússia, 5.936 (0,6%); Angola, 5.663 (0,6%); República Checa, 5.514 (0,5%). A Figura 2 apresenta uma nuvem de palavras com os 42 países, excluindo o Brasil, que efetuaram mais de 100 *downloads* em trabalhos defendidos no PPGeo/UFU.

Mapa 1 – Cidades de exercício profissional dos egressos do PPGeo/UFU entre 2000 e 2022



Fonte: dados da pesquisa elaborados por Silva (2022a).

Figura 2 – Nuvem de palavras – Acesso de teses e dissertações produzidas no PPGEIO/UFU por outros países (1997-2022)



Fonte: dados de pesquisa elaborados pelas autoras.

Outro aspecto que demonstra o processo de amadurecimento e a influência do programa em pesquisas desenvolvidas em outras instituições de ensino brasileiras são as parcerias firmadas com as Faculdades Integradas no Norte de Minas (Funorte), nos anos de 1990, que possibilitaram a oferta de Mestrado Interinstitucional (Minter), e com a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), para o oferecimento do Doutorado Interinstitucional (Dinter), nos anos 2000. A Universidade Federal do Tocantins (UFT), *campus* Araguaína, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás também são exemplos de colaborações nesse sentido, por meio do Dinter, em 2009 e 2014, respectivamente.

Os projetos Minter e Dinter objetivavam, com o apoio da Capes, a disseminação da oferta dos cursos de mestrado e doutorado a alunos de outras instituições em programas já consolidados por meio de parcerias. Tais colaborações promoveram a aproximação entre membros das instituições em âmbitos institucional e acadêmico e ao mesmo tempo estimularam a troca de informações ampliando a abrangência de estudos e pesquisas.

Por fim, devemos fazer menção às parcerias internacionais efetivadas no período analisado, seja por meio da recepção de alunos estrangeiros, seja pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa. O Programa possui cerca de 1% de formandos de outras nacionalidades: Colômbia (2), Moçambique (2), Venezuela (2), Equador (2), Costa Rica (1) e Honduras (1). A participação de alunos estrangeiros é apoiada por programas de bolsas de estudo oferecidas por órgãos internacionais, como iniciativas da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Com isso, o Programa atende orientações estabelecidas por Brasil (2019), que estabelece procedimentos para internacionalização, instruindo colaborações paritárias entre instituições, no contexto de: convênios; desenvolvimento de projetos de pesquisa e publicações; participação de profissionais nacionais em palestras, cursos e orientações;

participação em bancas no exterior; publicações em canais informacionais estrangeiros; pesquisas internacionais; doutorados com dupla titularidade; intercâmbio entre discentes e docentes.

Na perspectiva de parcerias espontâneas desenvolvidas por meio de reuniões de discussão e temas de pesquisa específicos com instituições estrangeiras, iniciou-se, em 2009, um projeto com a Universidade de Lisboa (Portugal), envolvendo os docentes Beatriz Ribeiro Soares e Samuel do Carmo Lima, resultando na organização do livro *“Construindo cidades saudáveis: utopias e práticas”* junto aos colegas lusitanos Nuno Marques da Costa e Eduarda Marques da Costa. Essa publicação foi fruto de importantes pesquisas desenvolvidas em ambas as instituições, nos níveis de graduação, mestrado e doutorado, cujas temáticas abordaram a construção de cidades saudáveis. A parceria também resultou em artigos científicos e eventos no Brasil e em Portugal, com o objetivo de apresentar os resultados das pesquisas.

Em sequência, em 2013, os docentes Samuel do Carmo Lima, Beatriz Ribeiro Soares, Paulo Cezar Mendes, Vitor Ribeiro Filho e Winston Kleiber de Almeida Bacelar conduziram dois grupos de estudos no Brasil e em Moçambique. Formados por professores e alunos, esses grupos objetivaram construir territórios saudáveis por meio de diagnóstico da saúde ambiental em Maputo, Moçambique, bem como desenvolver estratégias para promoção da saúde.

Em 2018, o PPGEIO/UFU foi selecionado entre os 16 programas contemplados pelo Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), da Capes. Tal programa tem por objetivo contribuir para a internacionalização universitária por meio de uma ação articulada e convergente com os Programas de Pós-Graduação (Universidade Federal de Uberlândia, 2023).

A UFU-CAPES.PrInt está articulada em dois temas estratégicos: Dinâmica Social; Qualidade de Vida e Saúde, do qual o PPGEIO/UFU participa, sob a Coordenação do Professor Sílvio Carlos Rodrigues, do PPGEIO/UFU, e Tecnologias Convergentes e Recursos Ambientais. Fazem parte do projeto PPGEIO/UFU– CAPES.PrInt além do coordenador, os docentes: Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues, Jorge Luís Silva Brito, Marlene Teresinha de Muno Colesanti e Rita de Cássia Martins de Souza.

Desde 2019, o projeto tem promovido missões internacionais em Portugal (Universidade do Minho e Universidade do Porto); França (Université Polytechnique Hauts-de-France); Espanha (Universitat de Barcelona), com a participação de docentes da UFU e das outras universidades, proporcionando o desenvolvimento de doutorado sanduíche, sob a supervisão dos professores das universidades estrangeiras, e com a vinda de jovens doutores estrangeiros ao PPGEIO/UFU para participação em atividades de pesquisa e docência.

Tendências e desafios do PPGEIO/UFU

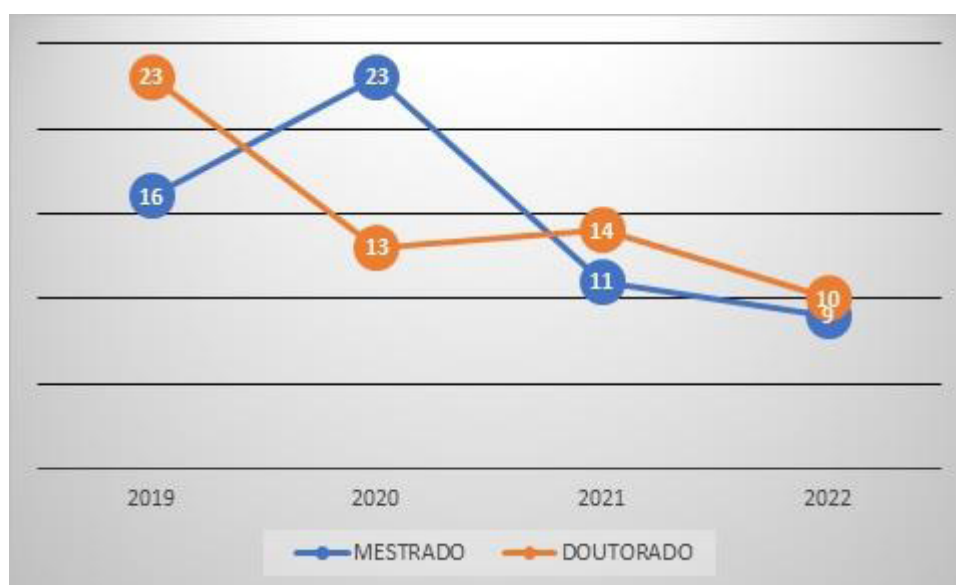
A pandemia da Covid-19 causou em um primeiro momento grande desordem em todas as esferas da sociedade, inclusive nos programas de pós-graduação. Não foi diferente no PPGEIO/UFU. As atividades presenciais nas universidades foram paralisadas, laboratórios pararam de funcionar, bibliotecas fecharam e pesquisadores tiveram que obrigatoriamente voltar para suas casas, refletindo sobre como prosseguir com suas pesquisas em um horizonte temporal de pandemia incerto.

Passados os primeiros impactos, ajustes começaram a ocorrer. Aulas de forma remota passaram a ser ministradas, orientadores deram início a colóquios com seus alunos por meio de videoconferências e os aplicativos de mensagem instantânea nunca foram tão utilizados como no momento mais crítico da emergência sanitária.

A Capes, o CNPq e a Fapemig expediram portarias determinando a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas e, portanto, da finalização dos trabalhos de conclusão. E, em alguns casos, os alunos, conjuntamente com seus orientadores, passaram a acomodar os temas de pesquisa dentro das possibilidades que se colocavam devido à pandemia.

À primeira vista, pode-se perceber ao se observar os dados referentes aos egressos dos cursos de mestrado e doutorado do PPGEIO/UFU no período 2019-2022 (Gráfico 1), que houve grande reflexo da pandemia sobretudo na conclusão do doutorado e não tanto sobre o mestrado, já que houve inclusive um incremento substancial das defesas de mestrado em 2020. Contudo, a questão que se coloca é mais complexa.

Gráfico 1 – Formados nos cursos de mestrado e doutorado do PPGEIO/UFU (2019-2022)



Fonte: Brasil, 2023.

De fato, em 2020, 13 alunos receberam título de doutor no PPGEIO, ou seja, 43% a menos do que os 23 alunos formados em 2019 no Programa; por outro lado, houve

um incremento de cerca de 30% do número de dissertações defendidas em 2020, se comparado ao ano de 2019. Contudo, para a análise desses dados é necessário, primeiramente, considerar que no atual modelo do sistema de pós-graduação os alunos de mestrado têm 24 meses para a conclusão da dissertação e os de doutorado, 48 meses para a finalização da tese. Dessa forma, os dados das defesas de 2020, de mestrado, se referem aos ingressantes de 2018, e, de doutorado, aos ingressantes de 2016, sendo importante verificar-se o número de ingressantes nesses anos (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Ingressantes nos cursos de mestrado e doutorado do PPGEO/UFU (2016-2022)



Fonte: Brasil, 2023.

Outro fator a ser ponderado é que as defesas de mestrado e doutorado ocorrem no mês de março e que, portanto, os dados de 2020 se reportam às defesas ocorridas em março de 2020, sendo que a paralisação das atividades presenciais na UFU, devido à emergência sanitária devido ao surto do coronavírus, ocorreu a partir de 18/03/2020 (Universidade Federal de Uberlândia, 2020).

Em análise comparativa (Quadros 3 e 4), em 2020 houve as 13 defesas de doutorado dos ingressantes em 2016. No mestrado, em 2018, houve 24 ingressantes, sendo que 23 concluíram em 2020. Portanto, ainda sem o reflexo da pandemia. O mesmo ocorreu com os concluintes do doutorado e do mestrado em 2021. Em 2022, último ano com dados consolidados na plataforma Sucupira, essa situação já se dá de forma diferente. No mestrado, 47% não conseguiram concluir o curso no prazo, e no doutorado, 44%.

Quadro 3 – Número de alunos formados em 2020, 2021 e 2022 no mestrado do PPGEIO/UFU e respectivo número de ingressantes

Mestrado	Ingresso 2018	Conclusão 2020	Ingresso 2019	Conclusão 2021	Ingresso 2020	Conclusão 2022
	24	23	12	11	17	09

Fonte: Brasil, 2023.

Quadro 4 – Número de alunos formados em 2020, 2021 e 2022 no doutorado do PPGEIO/UFU e respectivos números de ingressantes

Doutorado	Ingresso 2016	Conclusão 2020	Ingresso 2017	Conclusão 2021	Ingresso 2018	Conclusão 2022
	13	13	14	14	18	10

Fonte: Brasil, 2023.

Os dados apresentados apontam que a Covid-19 trouxe muitos efeitos adversos sobre a dinâmica do Programa, que repercutem com muita intensidade depois do período mais agudo da pandemia, situação análoga aos 4,6 mil programas de mestrado e doutorado brasileiros (Marques, 2020). Tal fato, que talvez possa ser considerado conjuntural, acentuou os reflexos das políticas de retração atuantes desde o Golpe de 2015, agravadas no governo Bolsonaro, “[...] com queda dos repasses do governo federal ao ensino superior, processo de desvalorização da ciência; corte orçamentário em C&T” (Brasil, 2020, p. 10).

Outra questão que a se colocar é que, nos últimos anos, o Programa tem apresentado um menor número de matriculados (Figura 5), o que leva à existência de vagas ociosas. Ponderando sobre esse aspecto, consideramos que são múltiplas as causas que podem explicar o atual cenário:

- a corrosão do valor das bolsas de estudo concedidas pelos órgãos de fomento, não reajustadas desde 2013, com inflação acumulada de 117% no período, medida pela IGP-M (Fapesp, p. 30, 2022);
- a ampliação do número de programas de pós-graduação em Geografia, com cursos de mestrado, em municípios contíguos a Uberlândia, como em Ituiutaba, no Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (início em 2014) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFG, *campus* Catalão (início em 2016), induzidos pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que vigorou entre 2011 e 2020;
- redução do número de matriculados no curso de graduação em Geografia na própria UFU, decorrente da pandemia, mas também da falta de perspectiva de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista a redução da carga horária das aulas de Geografia no Ensino Médio, promovido pela aprovação da Base

Curricular Nacional (BNCC), e a preferência do setor empresarial pela contratação de engenheiros ambientais em detrimento dos bacharéis em Geografia;

- a mudança de expectativa dos jovens em relação à carreira docente nas universidades.

Em síntese, há a necessidade de nos próximos anos o PPGEU/UFU se debruçar sobre essas e outras questões que se colocam no plano conjuntural, mas também estrutural, e que rebatem situações e fatores que não são específicos desse ou daquele Programa, nem dessa ou daquela área, mas do sistema de pós-graduação, principalmente das humanidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conclusão desse ensaio, realizado em um período logo após a pandemia e o governo Bolsonaro, nos parece quase irreal termos conseguido sobreviver – o Programa, as pesquisas, a universidade pública –, continuar o nosso caminho de produção da ciência, livre e crítica.

Todavia, se faz necessário refletirmos sobre algumas questões que não podem nesse momento ser respondidas, mas que podem ser pensadas pelos docentes que fazem parte do PPGEU/UFU, tais como: as denominações da área de concentração e linhas de pesquisa; as temáticas que dão alicerce e união, ou não, a essas linhas; o número de vagas abertas anualmente no processo seletivo.

Em 2011, Boaventura de Souza Santos, refletindo sobre a universidade no século XXI, apontava três crises vividas desde 1990: de hegemonia, de legitimidade e institucional. Tendo como referência essa perspectiva e nos concentrando nos aspectos da pós-graduação, sem perder a visão do macro, admitimos que da mesma forma os programas de pós-graduação públicos brasileiros vivenciam essas crises.

Os PPGs vêm perdendo o seu papel hegemônico, resultante das contradições das funções a eles atribuídas ao longo do tempo: por um lado, as atribuições iniciais, desde o século XX, voltadas ao desenvolvimento de conhecimentos científico-humanísticos necessários à formação da intelectualidade responsável pela docência das instituições de ensino superior; por outro lado, as demandas atuais do mercado, vinculadas a conhecimentos instrumentais necessários à formação de mão de obra altamente qualificada. Observamos atualmente, por exemplo, que temas caros à Geografia, como os relacionados ao ambiente, paulatinamente vêm sendo incorporados em programas no formato Master in Business Administration (MBA), muitas vezes de forma remota, por meio de novas roupagens, como é o caso do Environmental, Social and Governance (ESG).

A desvalorização dos diplomas dos cursos de mestrado *strictu sensu* nos leva a uma segunda crise – a da legitimidade, intensificada pelos questionamentos dos saberes científicos. Nos últimos anos, constatações científicas vêm sendo colocadas em xeque e, conseqüentemente, a legitimidade do conhecimento produzido na universidade, nos

Programas de Pós-Graduação, desestabilizada pelos fluxos de (des)informação disseminados pelas novas tecnologias. Todavia, esse momento nos mostra, ao mesmo tempo, o papel fundamental da continuidade do desenvolvimento das pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação para o fortalecimento da civilidade e, ao mesmo tempo, da necessidade de se incorporar o uso das redes sociais como uma ferramenta indispensável na disseminação do conhecimento científico.

A terceira crise apontada por Santos (2011) é a da autonomia da universidade, que nos PPG se dá pela incompatibilidade entre a reivindicação desejada por autonomia na definição dos valores e objetivos dos Programas e a pressão constante para o atendimento dos critérios estabelecidos pela Capes, em seus sistemas de avaliação fortemente assentados em parâmetros das ciências exatas/biológicas (Mendonça, 2005; Silva; Oliveira, 2009; Lencione, 2013), algo que vem sendo discutido e deve continuar a ser dialogado pelo conjunto dos programas de pós-graduação das humanidades, representados por suas associações, como no caso da Anpege.

Consideramos que o olhar sobre o PPGEU/UFU revela a importante história de sua trajetória, os acertos e desvios no processo de sua constituição e consolidação. Em um balanço geral, constatamos que os resultados foram extremamente positivos, com sua grande participação no cenário da produção científica regional e nacional, na área de Geografia e em outros ramos do conhecimento. Ao final, não poderíamos deixar de registrar a nossa homenagem aos docentes que entusiasticamente iniciaram a história do Programa, enfrentando os desafios que se impuseram na época.

REFERÊNCIAS

- BAUZYS, Fernanda; RIBEIRO, Guilherme Ramos. A criação e expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia no Brasil: de 1971 a 2014. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 15. 2015, La Habana. *Anais [...]*. La Habana: [s. n.], 2015. v. 1. p. 889-899.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Documento de área: área 36: Geografia*. Brasília, DF: Capes, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/geografia-pdf>. Acesso em: 21 dez. 2020.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Os planos nacionais de pós-graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa*. Brasília, DF: Capes, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatorioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.
- BRASIL. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: Capes, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/coleta_online/discente/listagemManutencaoDiscente.jsf/. Acesso em: 21 maio 2023.
- BRASIL. *Decreto n. 29.471, de 11 de julho de 1951*. Institui uma Comissão para promover a campanha nacional de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 3 maio 2023.
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. *Institucional: histórico*. São Paulo: USP, 2023. Portal: USP. Disponível em: <https://www.prg.usp.br/pt-br/institucional/historico>. Acesso em: 1º jun. 2023.
- LENCIONI, Sandra. Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia: mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. *Revista da ANPEGE*, [s. l.], v. 9, n. 11, p. 5-19, 2013. DOI: <https://>

doi.org/10.5418/RA2013.0911.0001. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6487>. Acesso em: 12 abr. 2023.

LIMA, Leonardo Araújo; ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 104-125, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772018000100007> Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000100104&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2022.

MARQUES, Fabrício. Crise na geração de recursos humanos: pandemia reduz número de mestres e doutores em 2020 e demanda em baixa por títulos acende debate sobre o futuro do sistema que fornece pesquisadores e profissionais de alto nível para o Brasil. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, ano 23, n. 315, p. 28-35, maio 2020. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2022/05/Pesquisa_315.pdf. Acesso em: 28 maio 2023.

MENDONÇA, F. Temas, tendências e desafios da Geografia na pós-graduação brasileira. *Revista da ANPEGE*, [s. l.], v. 2, n. 02, p. 7–20, 2005. DOI: 10.5418/RA2005.0202.0001. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6608>. Acesso em: 29 maio. 2023.

ROMÊO, José Raymundo Martins; ROMÊO, Christiane Itabaiana Martins; JORGE, Vladimir Lombardo. *Estudos de pós-graduação no Brasil*. [S. l.]: UNESCO, 2004. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139901>. Acesso em: 6 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Igor Antônio. *Mapa das cidades de exercício profissional dos egressos do PPGeo/UFU – 2000-2020*. Uberlândia: [s. n.], 2022. 1 mapa. Escala 1:1.000.

SILVA, José Borzacchiello da; OLIVEIRA, Márcio Piñon de. A trajetória da pós-graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões. *Revista da ANPEGE*, [s. l.], v. 5, p. 79-92, 2009.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], v. 3, n. 03, p. 11–19, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2007.0303.0002>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6603>. Acesso em: 1º abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Centro de Ciências Humanas e Artes. Departamento de Geografia. *Projeto para implantação do curso de mestrado em Geografia*. Uberlândia: UFU, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *Proposta de implantação do curso de doutorado no programa de pós-graduação em Geografia da UFU*. Uberlândia: UFU, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *Resolução n. 28/2003, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação*. Aprova o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia. Uberlândia: UFU, 2003. Disponível em: http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202003-28_0.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Instituto de Geografia. *Resolução SEI no 05/2018, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação*. Faz nova publicação do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, com alterações de cargos e do anexo único (grade curricular). Uberlândia: UFU, 2018. Disponível em: http://www.ppgeo.ig.ufu.br/sites/ppgeo.ig.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/SEI_UFU%20-%200483207%20-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o-05_2018-.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Programa de Pós-Graduação em Geografia: histórico e contextualização*. Uberlândia, 2021a. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/139>. Acesso em: 7 abr. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Programa de Pós-Graduação em Geografia. *Programa de Pós-Graduação em Geografia: linhas de pesquisa*. Uberlândia, 2021b. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br/node/43>. Acesso em: 8 fev. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. *Projeto Capes Print UFU: objetivos*. Uberlândia, 2023. Disponível em: <http://www.propp.ufu.br/capes-print-ufu/objetivos>. Acesso em: 2 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução n. 06/2017, do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação*. Dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação *stricto sensu* na Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2017. Disponível em: http://www.ppgbv.ib.ufu.br/sites/ppgbv.ib.ufu.br/files//media/document//conpep_-_resolucao_no_06.2017_de_19_de_julho_de_2017.pdf. Acesso em: 2 maio 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. *Resolução n. 4/2020, do Conselho Universitário*. Regulamenta a Consulta Eleitoral Eletrônica e Remota junto à Comunidade Universitária, visando subsidiar a elaboração das listas tríplices para a escolha do(a) Reitor(a) e do(a) Vice-Reitor(a) da Universidade Federal de Uberlândia – gestão 2020/2024. Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2020-4.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

SOBRE AS AUTORAS

GELZE SERRAT DE SOUZA C RODRIGUES – Possui graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo (1989), mestrado em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo (2001), doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2007) e pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (2016). Atualmente é professora associada do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IG-UFU), docente permanente do Programa de Pós-Graduação na mesma instituição e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (IG-UFU). É membro do Laboratório de Planejamento e Educação Ambiental (LAPEA-UFU), do Conselho Editorial da Revista Sociedade & Natureza e do Conselho Consultivo da Revista Observatorium. Tem suas pesquisas e publicações realizadas no eixo temático de Planejamento Territorial Ambiental e Educação Ambiental. Desde 2015, tem pesquisado e publicado sobre impactos socioambientais das atividades agrossilvipastoris no território brasileiro.

E-mail: gel.serrat@gmail.com

KELMA PATRÍCIA DE SOUZA – Bibliotecária no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Uberlândia/MG desde 2008-. Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2019-). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2009). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Formiga (1999). Experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: Bibliotecas universitárias. Bibliotecas sustentáveis. Bibliometria. Estudos Métricos da Informação. Educação ambiental. Geografia.

E-mail: kelma.biblio@gmail.com